

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

**REQUERIMENTO Nº / 2017
(Do Sr. Deputado Afonso Hamm)**

Requer a realização de encontros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural nas cinco regiões do país para debater o Projeto de Lei 6717/2016 que disciplina sobre o porte rural de arma de fogo.

Senhor Presidente,

Nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de encontros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, nas cinco regiões do país para debater o Projeto de Lei 6717/2016 que disciplina sobre o porte rural de arma de fogo.

Sugiro que os encontros sejam realizados:

- Região Sul – Esteio/RS – 40ª Expointer;

Convidados:

- Deputado Sérgio Souza, presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;
 - Deputado Alberto Fraga, relator do projeto de lei na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural;
 - Carlos Rivaci Sperotto, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul - FARSUL;
 - Carlos Joel da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul – FETAG-RS;
 - Cezar Augusto Schirmer, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul;
 - Representante da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul;
 - Representante da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul;
 - Representante da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Sul;
- Região Centro-Oeste – a definir;
- Região Nordeste – a definir;
- Região Norte – a definir;

- Região Sudeste – a definir.

JUSTIFICATIVA

A segurança pública é uma das questões que mais preocupa os produtores, trabalhadores e os residentes rurais. Além de conviver com o medo de ter sua propriedade invadida e seus bens surrupiados, há o pavor da violência com que muitas vidas estão sendo ceifadas pelos criminosos que o sistema não consegue tirar de circulação.

Amplamente discutido nas áreas centrais dos municípios, onde é possível perceber o número insuficiente de policiais e as consequências dessa defasagem, esse assunto não é abordado com a mesma profundidade em relação às áreas rurais, que abrigam centenas de famílias que não dispõem de sinal de telefone, de internet, tampouco, de agentes fazendo a ronda.

Há um custo muito alto quando um produtor abandona a agricultura em busca de melhores condições na cidade, mas também há um risco grande quando ele permanece no interior sem que seus direitos sejam assegurados.

Justamente para levar segurança ao campo, que projetos como o porte rural de armas deveriam ser mais discutidos pela sociedade. Não estamos falando de liberar o acesso às armas, mas de possibilitar que residentes em áreas rurais que atenderem a uma série de requisitos possam portar arma de fogo, visto que na maior parte dessas localidades o acesso ao socorro é ainda mais dificultoso.

Outro fator que castiga quem reside no meio rural é a falta de recursos para garantir a segurança do seu patrimônio, adquirido debaixo do sol ou quebrando geadas. São maquinários que, muitas vezes, foram duas ou três safras de trabalho para pagar. Cada vez que um animal é furtado ou sacrificado, significa que a renda de uma família está comprometida. Não somente pelo prejuízo do abigeato, mas porque seu sustento depende da produção do leite, do queijo e da carne que seriam comercializados. Por estar isolado e desprotegido, o agricultor vê sonhos de uma vida sendo arrancados.

Precisamos provocar discussões que possam trazer alternativas e respostas aos proprietários e trabalhadores rurais, sem esquecermos que há famílias que não estão sendo atendidas. E são elas, de fato, que fazem a roda da economia girar, já que o campo é a base de sustentação da cidade.

Pelas razões aqui expostas e pela relevância do tema, aguardo na expectativa do acolhimento dos Nobres Pares e a aprovação desse requerimento.

Deputado federal Afonso Hamm